

*2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.12.2011

3.2. - 12.01.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . Escola EB1 da Gesteira
- Agradecimento

Ponto 5. **CULTURA**

- . REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”
- . Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure
 - Projectos de Especialidades
- . Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 6. **CULTURA**

- . EDIÇÕES/PUBLICAÇÕES
- . *Histórias e Poesias Verdadeiras*, de Henriques Neves
 - Ajuste Directo e Adjudicação

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 7. CULTURA

- . APOIO AO FOLCLORE, À MÚSICA E AO TEATRO
 - Proposta // 2012

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo da Granja do Ulmeiro
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo de Tapeus
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Iluminação do Polidesportivo da Palmeira
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 11. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
 - Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
- . Correção de Anomalias
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 12. ACÇÃO SOCIAL

- . APOIOS AO INVESTIMENTO
- 2012 – (1)

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS /BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure

13.1. Não Adjudicação

13.2. Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . AQUISIÇÃO DE CANDEEIROS E LUMINÁRIAS
- . Iluminação da Área Adjacente ao Castelo de Soure
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 16. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

- . REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
- . Infra-Estruturas Eléctricas
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 17. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO, REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO...

. Contratação de Serviços Externos

17.1. Escolha do Procedimento Prévio

17.2. Adjudicação

Ponto 18. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

. ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

. Inventariação do Património

- Apoio Externo Especializado

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

. Estação Elevatória Intermédia entre os Reservatórios de Carvalhal - Tapeus e das Degracias

- Revisão de Preços

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. Substituição da Adutora /Distribuidora ao Formigal, Cabeça Carvalha e Casal de Almeida

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 21. ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. Contratação de Serviços Externos

21.1. Escolha de Procedimento Prévio

21.2. Adjudicação

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . ZONA INDUSTRIAL DE SOURE – INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 23. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM)
- . Instalação de Serralharia Mecânica
- Isenção de Taxas

Ponto 24. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Estatuto de PME LIDER e PME Excelência
- Voto de Louvor

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . RECARGAS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Figueiró do Campo
- . Casal do Facho e Rua das Alagoas

25.1. Revogação de Deliberações

25.2. Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . RECARGAS
- . Estrada da Ramalheira /Quatro Lagoas – Freguesia de Pombalinho
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS

. Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha

27.1. Não Adjudicação

27.2. Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 28. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS

. Arruamentos Diversos na Freguesia de Vila Nova de Anços

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 29. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. ABERTURA DE ESTRADAS E CAMINHOS

. EN 348 – Execução de um Novo Troço, Km.s 21.1. a 23

- Revisão de Preços

Ponto 30. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. REABILITAÇÃO DA E.M. 563 ENTRE DEGRACIAS E RABAÇAL

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 31. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 32. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE

. EN 342/Troço Soure – Condeixa-a-Nova

. Nova Rotunda - 1.ª Fase/Construção

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 33. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . A1 - Auto-Estrada do Norte
- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure
 - Reconhecimento do Interesse Municipal

Ponto 34. RECURSOS HUMANOS

- . Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra
- . Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos
- 34.1. Proc. N.º 600/07.8 BECBR
 - Sentença Transitada em Julgado
- 34.2. Proc. N.º 597/07.4 BECBR
 - Recurso da Sentença

Ponto 35. RECURSOS HUMANOS

- Processo Disciplinar

Ponto 36. Grupo PARLAMENTAR DO PCP

- Debate de Urgência sobre a TDT

Ponto 37. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

A Câmara Municipal, no âmbito da política de proximidade, fez-se representar nas múltiplas e diversas iniciativas, nos mais diversos domínios...

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Recebemos dois ofícios do Instituto Pedro Hispano dando-nos nota da participação de um número significativo de alunos em vários Torneios de Xadrez...

*** ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

Subscrevemos, com a Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel, o Protocolo relativo ao Apoio ao Investimento na Nova Unidade de Cuidados Continuados de Saúde... Visitámos esse investimento que já se aproxima da fase final e, naturalmente, aproveitámos para dar uma explicação, perante mais de duas centenas de pessoas, sobre a Política Municipal no domínio de Acção Social.

Recebemos um ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro, agradecendo a colaboração da Câmara Municipal, no âmbito do peditório anual a favor da Instituição.

Do Hospital Distrital da Figueira da Foz, chegou-nos também um ofício em que o Senhor Presidente do Conselho de Administração vem apresentar cumprimentos de despedida e agradecer todo o apoio dispensado.

*** INVESTIMENTOS MUNICIPAIS**

Os múltiplos e diversos investimentos Concelhios em curso, de acordo com as informações dos serviços, estão a decorrer com normalidade...

*** GÁS NATURAL**

O investimento em que há muito vínhamos a insistir e a reclamar, que já está a ser desenvolvido pela Lusitânia Gás, a ligação da Estação de Retenção e Derivação da Carvalheira de Baixo à Vila de Soure e à Zona Industrial... tudo aponta para que possa ter a sua 1.ª Fase concluída até final de Abril... Entretanto, deverá ser aberto concurso para a 2.ª fase, no valor estimado de, sensivelmente, mais um milhão de euros... Este é um tipo de investimento que gera sempre incómodo, mas, importará não perder de vista, que a melhoria de qualquer resposta no plano infra-estrutural é sempre precedida de um período de verdadeiro transtorno social... Releve-se que

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

este investimento está a decorrer com acompanhamento técnico e político da Câmara Municipal.

*** DIVERSOS**

- Gostaria de abordar uma questão que me foi colocada, de forma informal, pela Senhora Vereadora, Dra. Sónia Vidal... No “antigo” Bairro Pré-fabricado: das trinta casas, já foram demolidas vinte e sete... as famílias aí antes residentes, algumas porque resolveram os problemas de per si, outras porque foram apoiadas e acompanhadas pelo Gabinete de Acção Social, têm já melhores condições habitacionais... Subsistem ainda três casas antigas num “canto”... É evidente que não obstante as limitações em termos de capacidade de investimento, nós temos vindo a pensar o que fazer naquele espaço... Já foram dadas instruções aos serviços para que desenvolvam um estudo prévio, em que possamos apreciar a vantagem social resultante se for ali implementada uma zona de transbordo de passageiros, que passaria a ser o local central de paragem dos Autocarros que servem a Vila de Soure... Por outro lado, “criaríamos” mais um bolsa de estacionamento para pesados, a juntar à da Zona Industrial de Soure, que nos permitiria, de forma mais consistente, exigir das Forças de Segurança uma vigilância mais estreita dirigida aos que insistem, desrespeitando a lei, em estacionar um pouco por toda a parte... Igualmente seria criada também uma bolsa, reforçando as que já temos, de estacionamento para ligeiros... Para que isso aconteça, como sabem, uma vez que aquele espaço tem uma cota muito baixa, importará lá colocar toneladas de terra... Assim, uma vez que há investimentos em curso que obrigam ao transporte de terras para vazadouro, temos vindo a autorizar que elas lá sejam depositadas... Isto, independentemente da solução que viermos a apreciar... No fundo, estamos a poupar no transporte de terras para vazadouro e a aproveitar aquilo que significará uma diminuição do investimento que seria sempre necessário para que houvesse uma harmonia em termos de cotas...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no dia 15 de Janeiro, a Câmara Municipal foi convidada para uma inauguração de uma oficina, no lugar de Prazo dos Estudantes - Soure. O empresário, foi empregado por conta de outrem, investiu no nosso Concelho, mesmo neste contexto de dificuldades, o que é de louvar.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

No dia 22 de Janeiro, estivémos presentes no Sobral no âmbito das Festas em Honra de S. Sebastião que se traduz na realização de diversas iniciativas que mobilizaram a comunidade local.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Cultura estive, no dia 15 de Janeiro, em representação do Senhor Presidente, com os elementos do Rancho Folclórico da Santa Casa da Misericórdia de Soure, que fizeram uma jornada de convívio e, ao mesmo tempo, de retrospectiva de toda a actividade do Rancho no ano de 2011.

Na área da Educação, na sequência de uma reunião, no dia 15 de Novembro, com o Senhor Presidente de Câmara e a Senhora Directora Técnica Regional da Associação de Basquetebol de Coimbra, Dra. Isabel Lemos, que veio expor um plano de divulgação e sensibilização para o basquetebol junto das Escolas do Concelho de Soure, considerou-se a possibilidade de começarmos por sensibilizar esta modalidade aos alunos mais novos, designadamente os do 1.º Ciclo, no âmbito das AEC. Ficou no ar a possibilidade de uma acção de formação dirigida aos Professores de Actividade Física e Desportiva. No dia 06 de Dezembro, fiz uma reunião com esses professores e já decorreu em Soure, no dia 14 de Janeiro, no Pavilhão Desportivo Municipal junto ao INTEP, uma acção de formação em que participaram os Professores de Actividade Física e Desportiva. Participaram com muito entusiasmo nesta acção de sensibilização do Basquetebol aos nossos alunos do 1.º Ciclo, dos seis aos dez anos. A fase seguinte será uma acção prática em que participarão os alunos, os professores e a Associação de Basquetebol de Coimbra. Embora, no âmbito das AEC, os alunos já sejam sensibilizados para esta modalidade, este tipo de acção, contribuirá para um maior desenvolvimento da modalidade junto dos alunos.

No âmbito de acções dirigidas à Floresta, ao longo do Ano Lectivo 2010/2011, a Autarquia já promoveu um conjunto integrado de acções sobre o lema “*A Floresta... Descobrir para Proteger!...*” com vista à sensibilização da população escolar para a preservação da Floresta. Estas acções decorreram também em sintonia com os objectivos subjacentes ao facto de o ano de 2011 ter sido o Ano Internacional das Florestas. Também o Desfile de Carnaval, em 2011, obedeceu ao tema “Fantasias da Floresta”. Em 2011, foi apresentada uma Candidatura, no âmbito do QREN, ao Programa Operacional Regional do Centro - Eixo 4, Protecção e Valorização Ambiental, no domínio da Prevenção e Gestão de Recursos Naturais e Tecnológicos, relativamente a Acções Imateriais. No âmbito dessa Candidatura, foram elaborados vários documentos de divulgação que também já trouxemos aqui e até já mostrámos na própria Assembleia Municipal. Foi também elaborado um livro. Neste momento,

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

está a decorrer uma acção dinamizada pelas Técnicas do Gabinete Técnico Florestal da Autarquia, onde elas apresentam, a todos os alunos do 1.º CEB, em contexto de sala de aula, um power point, com informação diversificada sobre a Floresta: as profissões ligadas à Floresta, porque é que a Floresta é importante, os animais da Floresta, as árvores que mais existem na Floresta no Concelho... Enfim, à volta desta temática, estabelecem uma interacção informativa e pedagógica com as crianças. No final, o livro elaborado no âmbito da Candidatura atrás aludida: “*A Floresta... Descobrir para Proteger!*...”, é distribuído a todos os alunos do 1.º Ciclo. Do livro constam múltiplas actividades sobre a informação que entretanto receberam. Simultaneamente, os professores estão também a leccionar conteúdos nesta área. Alguns complementam até com acções práticas como, por exemplo, pequenas hortas na sala de aula e no espaço escolar exterior. Estabelece-se uma interacção com o projecto educativo das próprias turmas, o que é sempre enriquecedor para os alunos.

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências . Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.12.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

3.2. - 12.01.2012

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. Escola EB1 da Gesteira

- Agradecimento

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 5. CULTURA

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

- . REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”**
- . Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure**
 - Projectos de Especialidades**
 - . Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: CULTURA

- REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”**
 - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO MURALHADO DE SOURE**
 - * PROJECTOS DE ESPECIALIDADES**
 - * PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 15.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.07.01.04.13 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 02.001 2010/42-1.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- D-Solution, Lda.;
- Projedomus, Lda.;
- Estúdio02, Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, Lda.;

4. JÚRI

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Rui Fernandes, Arq.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
23/01/2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Mário Jorge Nunes)
24.01.2012

** Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009*

c

Assunto: CULTURA

Rede Urbana “Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”
Prog. de Valorização Espaço Muralhado Soure
- *Projectos de Especialidades*

O Gabinete Municipal de Desenho, cumprindo orientações superiores, desenvolveu o Projecto para a valorização do espaço acima mencionado, tendo sido aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal a 9 de Junho de 2011.

Posteriormente, o projecto foi remetido para a Direcção Regional de Cultura do Centro para emissão de parecer, uma vez que o imóvel projectado localiza-se no perímetro de protecção do Castelo de Soure, classificado como Monumento Nacional.

O projecto obteve parecer favorável condicionado, por despacho do Sr. Director do IGESPAR, IP de 25/07/2011.

Cumpridas estas etapas, e com vista à realização do Projecto de Execução, torna-se necessário desenvolver os correspondentes Projectos de Especialidade, designadamente:

- Projecto de Estabilidade e Betão Armado;
- Projecto da Rede Predial de Abastecimento de Águas;
- Projecto da Rede Predial de Drenagem de Águas Residuais;
- Projecto da Rede Predial de Drenagem de Águas Pluviais;

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

- Projecto de RCCTE;
- Projecto de AVAC;
- Projecto de Condicionamento Acústico;
- Projecto Eléctrico;
- Projecto ITED;
- Projecto de Segurança Contra Incêndios;
- Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projecto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

Estima-se que o conjunto destes projectos, tenha um custo global de 15.000,00€, sugerindo-se a consulta das seguintes empresas:

- D-Solution, Lda.
- Projedomus, Lda.
- Estúdio02, Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, Lda.

À Consideração Superior
Rui Fernandes – Arqº
20 Janeiro 2012

Considerando a ausência de recursos próprios para elaboração de projectos, não se vê inconveniente.

À consideração superior.

(O Chefe de D.O.P.M. - Mário Monteiro, Eng.º)
2012.01.20

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 6. CULTURA

. EDIÇÕES/PUBLICAÇÕES

. *Histórias e Poesias Verdadeiras*, de Henriques Neves

- Ajuste Directo e Adjudicação

Foram presentes as seguintes informações:

Proposta

• de

16

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem cabimento no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **02.02.02.02.20** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 02.001 2012/43.

2. ADJUDICAÇÃO

Sugerimos a adjudicação do presente fornecimento à pessoa em nome individual **Henrique Augusto da Costa Neves**, no valor de **300,00 €**, acrescido de IVA.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, não depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver n.º 3 do art. 128.º do CCP -.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
17.01.2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora *,
(Ana Maria Treno, Dra.)
18.01.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, de adopção da modalidade de ajuste directo e de adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 7. CULTURA

**. APOIO AO FOLCLORE, À MÚSICA E AO TEATRO
- Proposta // 2012**

Foi presente a seguinte proposta:

*2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012*

CULTURA

PROPOSTA DE APOIO P/ 2012

1. Ao FOLCLORE

GRUPOS NÃO FEDERADOS	1.980,00 € / ano	165,00 € / mês
GRUPOS DE PAULITEIROS	2.100,00 € / ano	175,00 € / mês
GRUPOS FEDERADOS	2.100,00 € / ano	175,00 € / mês

FESTIVAIS - Mínimo de 4 Grupos

NACIONAL SEM QUALQUER GRUPO FEDERADO	A = 500,00 € + 100,00 € p/Grupo, além de 4, no máximo de 2
NACIONAL COM GRUPO(S) FEDERADO(S)	B = A + 75,00 € p/Grupo Federado, no máximo de 2
INTERNACIONAL	C = B + 150,00 €

2. À MÚSICA

BANDAS	2.400,00 € / ano	200,00 € / mês
TUNAS/ GRUPOS CORAIS	2.100,00 € / ano	175,00 € / mês
GRUPOS MUSICAIS	2.100,00 € / ano	175,00 € / mês
ESCOLAS DE MÚSICA (mínimo 10 alunos)	1.800,00 € / ano	150,00 € / mês

*** Aniversário das Bandas - 1.750,00 € p/ Investimento.**

3. À DANÇA

ESCOLAS DE DANÇA	1.800,00 € / ano	150,00 € / mês
------------------	------------------	----------------

4. Ao TEATRO

GRUPO	1.800,00 € / ano	150,00 € / mês
-------	------------------	----------------

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2012.01.16

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

O Senhor Presidente referiu que: “comparativamente com a proposta que estava em vigor em 2011, e que era a mesma de 2010 e de alguns anos transactos... indo de encontro àquilo que temos vindo a afirmar publicamente, de que em determinadas áreas da política municipal que mexem muito directamente com as pessoas, não deve haver contenção, esta é uma proposta praticamente sem cortes... Mantém os apoios habituais ao Folclore, à Música, à Dança e ao Teatro, apenas reduz os apoios à realização de Festivais... Independentemente de o momento obrigar a uma certa contenção, também não é menos verdade que era visível uma certa organização e preparação do Festival, não em termos de se pensar em maximizar o objectivo cultural, mas em termos de maximizar o aproveitamento das regras de apoio a Festivais... Portanto, o que é que nós fizemos?... Antes, para um qualquer Festival Nacional sem qualquer Grupo Federado, era aprovado o valor de 625,00 euros mais 125,00 euros por grupo, além de quatro, no máximo de quatro... Agora, passou a ser o valor de 500,00 euros mais 100,00 euros por grupo, além de quatro, no máximo de dois...

No Festival Nacional com Grupos Federados à parcela anterior acrescentava-se mais 150,00 euros por Grupo Federado, no máximo de quatro... Agora, acrescenta-se o valor de 75,00 euros por Grupo Federado, no máximo de dois...

Aos Festivais Internacionais além do somatório das parcelas anteriores, atribuíam-se mais 250,00 euros por Grupo Estrangeiro, no máximo de quatro... Agora, acrescenta-se ao somatório, mais 150,00 euros, independentemente do número de Grupos Estrangeiros...

Nós devemos estimular a certificação e valorização da qualidade, também neste domínio da Cultura, mas não devemos deixar que esta fórmula esteja ao serviço de se maximizarem apoios, quando aquilo que é a recepção aos Ranchos convidados, desde o lanche ou o jantar que possam servir, o apoio que têm que dar no pernoitar, custa o mesmo, quer se trate de Grupos Federados, quer não Federados, quer Internacionais... Quando se prepara um “jantar” de recepção, o custo da alimentação é rigorosamente o mesmo para os elementos de um federado ou de um não federado!!!... Tem que haver estímulo, mas não “porta aberta” para um eventual aproveitamento “excessivo” e, como temos dito, temos que conter naquilo que não vai contra a nossa opção estratégica que é não diminuir os apoios quer à formação, quer ao funcionamento, no plano Cultural...

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Assim, propõe-se que se aprove a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, para o corrente ano.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo da Granja do Ulmeiro
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
POLIDESPORTIVO DA GRANJA DO ULMEIRO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **26.05.2011**, à empresa **Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda**, pelo valor de **9.068,40 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
19.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo de Tapeus
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
POLIDESPORTIVO DE TAPEUS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **29.06.2011**, à empresa **Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda**, pelo valor de **9.943,40 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
19.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Iluminação do Polidesportivo da Palmeira
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
ILUMINAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 30.11.2006 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,

O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
23.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Ponto 11. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS

- Piscina Municipal de Vila Nova de Anços

.Correcção de Anomalias

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS

PISCINA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE ANÇOS

CORRECÇÃO DE ANOMALIAS

RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **14.04.2011**, à empresa **Construções Alberto Vasco, Lda**, pelo valor de **4.490,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. ACÇÃO SOCIAL

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2012 – (1)

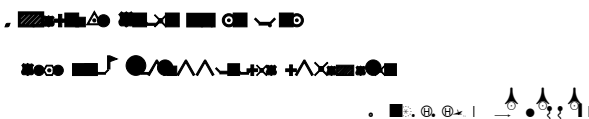

Foi presente a seguinte Proposta:

*2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012*

AÇÃO SOCIAL

Apoios ao Investimento // 2012 - (1)

Proposta

ENTIDADE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	
		75.000,00 €

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2012.01.25

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS /BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização

Iluminação Pública – Ramais/Baixadas e Prolongamentos de Rede

Rede de distribuição e iluminação em Soure

- Não adjudicação
- Abertura de novo procedimento

Em reunião de câmara de 16.12.2011 foi deliberado recorrer à figura do ajuste directo como procedimento prévio à realização da empreitada em assunto, com um preço base de 25.470,25€.

Foram apresentadas três propostas, dentro do prazo estabelecido para o efeito, todas de valor superior ao preço base definido para o procedimento. De acordo com informação prestada pelo Sr. Eng.º Vítor Miranda, em anexo – Anexo 1, tal facto resultou de um dos preços unitários utilizado se encontrar desatualizado.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Elaborado o relatório preliminar, foi promovida a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123º do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, tendo decorrido o prazo máximo (5 dias úteis) sem que nenhum se pronunciasse. Como decorre da lei, o relatório preliminar apontou para a exclusão de todas as propostas, ao abrigo da alínea d) do n.º2 do art.º 70.º do CCP, o que por si só é uma causa de não adjudicação, conforme estabelece a alínea b) do n.º1 do art.º 79.º do mesmo preceito legal.

Assim, como é natural, o relatório final relativo ao procedimento, em anexo – Anexo 2, mantém a indicação de não adjudicação constante do relatório preliminar.

Por outro lado, em 19 de dezembro último, recebemos uma comunicação da EDP relativa ao assunto que introduzia alterações ao mapa de quantidades já em concurso, documento igualmente em anexo - Anexo 3.

Nestas circunstâncias, a nossa proposta é a seguinte:

1. Não adjudicar a empreitada, conforme aprovada em R.C. de 16.12.2011, pelas seguintes razões:
 - a. A lei obrigar à sua não adjudicação, decorrente do estipulado na alínea b) do n.º1 do art.º 79.º do CCP;
 - b. O mapa de quantidades ter sofrido alterações.
2. Proceder à abertura de um novo procedimento, para execução da empreitada em assunto, com recurso ao ajuste direto, por um novo valor base de 38.345,38€, conforme orçamento em anexo e consulta às seguintes entidades:
 - a. Juvenal Alves Domingos, Lda;
 - b. MIM Elétrica – Eletricidade e Automação, Lda;
 - c. Helenos, S.A.
 - d. Canas – Engenharia e Construção, S.A.
 - e. Barata & Marcelino – Energia Energética, S.A.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, chefe de D.O.P.M)
2012.01.19

e

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização
Iluminação Pública - Ramais/Baixadas e Prolongamentos de Rede
Rede de distribuição e iluminação pública em Soure

Relativamente ao assunto supracitado e devido à recepção da carta 1401/11/RCMDA em 19 de Dezembro de 2011, torna-se necessário efetuar uma alteração ao mapa de quantidades e respectiva estimativa orçamental, devido à inclusão como responsabilidade do Município de Soure da “preparação de chegadas/entradas e prumadas de transição aérea/subterrânea”.

Verificou-se também, que os valores estimados para o item 3.1 “*Abertura e Tapamento de Vala, perfil BT, conforme pormenores EDP, incluindo reposição de pavimento nas condições anteriores e transporte a vazadouro*”, apresentam-se desactualizados, não correspondendo aos actuais valores praticados pelo mercado.

Deste modo e após a reanálise do projecto da obra em epígrafe, foi estimado o valor de 38.345,38 € + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas das condições do fornecimento de energia prestado aos Municípios, através da alteração da rede existente de aérea para subterrânea, e, também de possibilitar a remoção da rede de média tensão existente no Largo dos Bacelos, sugere-se a consulta às seguintes empresas para a execução dos trabalhos em questão:

- . Juvenal Alves Domingos, Lda
- . MIM Eléctrica - Electricidade e Automação, Lda
- . Helenos, S.A.
- . Canas Electro-Montagens, S.A.
- . Barata e Marcelino - Engenharia Energética, S.A.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)
11.01.2012

13.1. Não Adjudicação

Deliberado, por unanimidade, aprovar a não adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

13.2. Escolha de Procedimento Prévio

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . AQUISIÇÃO DE CANDEEIROS E LUMINÁRIAS
- . Iluminação da Área Adjacente ao Castelo de Soure
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
AQUISIÇÃO DE CANDEEIROS E LUMINÁRIAS
ILUMINAÇÃO DA ÁREA ADJACENTE AO CASTELO DE SOURE
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Por deliberação de 30.11.2006 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
23.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha - Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
ACESSOS À CRECHE E NOVO LAR DA VINHA DA RAINHA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **15.437,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.01.07.01.04.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2012/104**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Eng.º;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- Construtora Guardado & Oliveira, Lda;
- Construções Alberto Vasco, Lda;
- Gadanha Pavimentos, Lda

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
13.01.2012

e

Assunto: Urbanização e Urbanismo

Construção de Passeios

Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha

Após a conclusão da construção da Creche e novo Lar da Vinha da Rainha, torna-se necessário executar várias obras a fim de melhorar os acessos a essa instituição. Assim pretende-se efetuar várias intervenções de fundo, a saber:

- 1 - Ligação entre o arruamento e a zona de estacionamento, através de acesso pedonal com vários degraus;
- 2 - Construção de passeios com aplicação de lancil em betão e blocos de encaixe retangular tipo "SOPLACAS" ou equivalente, na cor cinzento.

Estas obras implicam ainda alguns trabalhos de preparação, dos quais se destacam a aplicação de tout-venant e pó de pedra na zona delimitada pelos blocos de encaixe e substituição de caixas de pavimento em betão pré-fabricado para a recolha de águas pluviais e residuais.

Considerando a falta de meios próprios para o efeito, propõe-se a execução destes trabalhos, por empreitada, com recurso ao ajuste direto, uma vez que o seu valor base é de 15.437, 00 Euros, e consulta às seguintes entidades:

- Construções Alberto Vasco, Lda;
- Gadanha Pavimentos, Lda;

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

- Construtora Guardado e Oliveira, Lda.

À consideração superior,
(Evaristo Duarte, Técnico)
2011-12-13

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 16. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

- . REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
- . Infra-Estruturas Eléctricas
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 27.07.2006 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,

O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 17. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO, REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO...

- . Contratação de Serviços Externos

17.1. Escolha do Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Assunto: ♦ Vias Rodoviárias / Gás Natural e Infra - Estruturas Diversas
- Contratação de Serviços Externos de Apoio Técnico Especializado
. Procedimento Prévio

Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-nos informar:

1- O Senhor Chefe de Divisão Engº Mário Monteiro, tal como em exercícios anteriores, solicita a contratação de uma empresa prestadora de serviços de apoio técnico especializado na área das vias rodoviárias, designadamente no controlo/verificação da rede de gás natural em execução e nas implicações daí decorrentes nas outras infraestruturas já existentes, por um período de um ano, através do recurso à modalidade do Ajuste Direto.

2- O serviço solicitado, constante do caderno de encargos, tem subjacente a prestação de um conjunto indiferenciado de funções próprias de uma determinada actividade e não se limita à execução de um excepcional e específico trabalho.

3- As necessidades que esta adjudicação pretende acautelar não podem ser asseguradas pelos serviços municipais de uma forma totalmente efectiva e adequada, dada a escassez de recursos próprios qualificados, havendo por isso a necessidade de contratação externa de uma empresa prestadora destes serviços.

Do Direito:

A aquisição destes serviços encontra-se regulamentada pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

Neste dispositivo legal são consideradas entidades adjudicantes, entre outras, os Municípios, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 2º do CCP.

O artº 18º do CCT, sob a epígrafe “*Escolha do procedimento*”, dispõe que a escolha do tipo de procedimento condiciona o valor do contrato a celebrar.

Sendo a entidade adjudicante um município, a celebração por ajuste direto de contratos fica limitado aos seguintes valores:

- Contratos de empreitada de obras públicas: valor inferior a 150.000,00 euros (artº 19º al. a)).
- Contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de **aquisição de serviços**: valor inferior a 75.000,00 euros (com exceção dos contratos previstos no nº 4 – contratos de aquisição de planos, de projeto, ou de criações conceptuais no domínio da arquitetura ou da engenharia, cujo limite deve ser inferior a 25.000,00 euros) – *vide artº 20º, nº 1, alínea a).*

O ajuste direto é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar aspetos da execução do contrato a celebrar.

O convite deverá conter os elementos referidos no artº 115º do CCP, de entre os quais se destaca a indicação da entidade adjudicante, o prazo e o modo de apresentação da proposta. Este convite

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

desempenha as funções que nos demais procedimentos correspondem ao anúncio e ao programa do procedimento, definindo os termos a que deve obedecer a formação do contrato e a sua celebração.

O caderno de encargos deverá incluir as cláusulas do contrato a celebrar. No caso de manifesta simplicidade das prestações, aquelas cláusulas podem consistir numa mera fixação das especificações técnicas e na referência a outros aspetos essenciais da execução desse contrato, tais como o preço ou o prazo – cfr. artº 42º do CCP.

Os contratos de aquisição de bens e serviços a celebrar mediante ajuste direto devem, por regra, ser reduzidos a escrito, com exceção dos casos previstos no artº 95º do CCP.

O CCP estipula limitações ao recurso ao ajuste direto (artº 113º) assim, sobre as limitações às entidades a convidar deve atender-se ao previsto no nº 2 *“Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste direto adotado nos termos do disposto na alínea a) do artº 19º, na alínea a) do nº 1 do artº 20º ou na alínea a) do nº 1 do artº 21º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas”*.

O artº 127º do CCP vem impor como requisito de eficácia da adjudicação efetuada por ajuste direto a sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha conforme modelo constante do anexo III do Código.

Desta forma, com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a aprovação dos seguintes pontos:

1- Escolha do Procedimento Prévio

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 17.400,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cfr. alínea a) do nº 1 do artº 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se no âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste Órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cfr. alínea a) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Julho.

2- Processo

Aprovar o convite e o caderno de encargos em anexo.

3- Consultar a seguinte entidade

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Nos termos da proposta do Senhor Chefe de Divisão, sugere-se a consulta à seguinte empresa:
- KRZ – Service Trading, Unipessoal Lda.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
09/12/2011

DESPACHO:

De acordo

⇒ Ao D.A.G.F.R.H.

⇒ Ao c/Ivo Costa, Dr.

2011-12-13

(João Gouveia, Dr. – Presidente de Câmara)

⇒ À Reunião de Câmara.

e

**Assunto: *Vias Rodoviárias / Gás Natural e Infra-Estruturas Diversas*
- Apoio Técnico Especializado**

Relativamente ao tema em assunto, considerando:

1. O recente início dos trabalhos de ligação do Gás Natural à Vila de Soure, respectiva Zona Industrial e alguns lugares limítrofes;
2. A necessidade de se efectuar um controlo/verificação da execução dos trabalhos nas vias municipais, nomeadamente quanto às suas implicações com infra-estruturas existentes, água, saneamento, vias, passeios e outras;
3. A inexistência de pessoal, atualmente em funções nesta Câmara Municipal, com formação específica nesta área;
4. Que se estima, como valor para a despesa anual a efetuar, um total de 17.400,00€ + IVA, correspondentes a 1.450,00€ + IVA mensais;

Sugere-se a contratação de serviços externos com vista à obtenção do necessário apoio técnico especializado, relacionado com os trabalhos em causa, por recurso ao ajuste direto e consulta à firma KRZ – Service Trading, Unipessoal, Lda, dentro do quadro legal aplicável.

À consideração superior,
(O Chefe D.O.P.M.)
(Mário Monteiro, Eng.º.)
2011-12-05

Despacho:

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Tomei conhecimento.
À Divisão Jurídica para Informação.
2011.12.06
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente.-----

17.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO, REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO...
VIAS RODOVIÁRIAS / GÁS NATURAL E INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
- ADJUDICAÇÃO**

Por despacho, de 13.12.2011, do Sr. Presidente da Câmara Dr. João Gouveia, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa convidada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
KRZ - Service Trading, Unipessoal, Lda.	17.400,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta está de acordo com o preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à empresa **KRZ - Service Trading, Unipessoal, Lda.**

De acordo com o n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A aprovação da minuta do contrato;
2. A dispensa de audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “**KRZ - Service Trading, Unipessoal, Lda.**”;

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

4. Autorização para a realização da despesa no valor de 17.400,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
27.12.2011

DESPACHO:
Adjudique-se.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
O Vereador *,
(Mário Jorge Nunes)
28.12.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes.-----

Ponto 18. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

- . ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
- . Inventariação do Património
 - Apoio Externo Especializado
 - Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

- ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS**
- INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO**
 - **APOIO EXTERNO ESPECIALIZADO**
 - ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Tendo por base o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, que aprovou o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais -, bem como as exigências legais e de conformidade que a gestão de activos locais poderão assegurar ao Município de Soure, em particular o seu património, de modo sustentado e progressivo, a Autarquia tem no curto e médio prazo que assegurar dos seguintes objectivos:

- Conhecer, de forma permanente, os bens que fazem parte do imobilizado da Câmara Municipal;
- Controlar o estado e a localização dos bens;
- Controlar as aquisições, movimentações e abates dos referidos bens;
- Racionalizar as aquisições de bens e a sua distribuição pelos diversos locais/unidades orgânicas/departamentos e utilizadores;
- Automatizar a gestão do imobilizado, através da passagem dos dados do inventário para um sistema informático de suporte à gestão de imobilizado;
- Inventariar e identificar os bens que fazem parte do património;

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

- Reconciliar os bens contabilisticamente, ou seja, associar os bens existentes e inventariados aos respectivos documentos contabilísticos bem como à respectiva informação financeira associada;
- Criar uma metodologia que permita a permanente coerência e possibilidade de reconciliação entre a contabilidade e o inventário físico, relativamente a todo o activo imobilizado.

Não tendo como objectivo imediato assegurar a totalidade do seu património, entende-se como prioritário o inventário do imobilizado inerente aos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, não só pelo valor associado, mas também pela segurança de qualidade e disponibilidade de serviço que temos como missão assegurar aos nossos munícipes.

Assim, considerando que a complexidade desta matéria exige um conhecimento técnico específico, que a afectação interna de recursos humanos para o desenvolvimento destes trabalhos, face às tarefas já desenvolvidas actualmente, colocaria em causa a finalização dos mesmos em tempo oportuno, parece-nos aconselhável o recurso a uma entidade externa.

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 23.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 03.02.02.02.14 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 06.001 2012/116.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- McKinsey & Company;
- Roland Berger;
- ReportMaxi - Consultores;
- Premivalor Consulting;
- VSA Inovação.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- João Gouveia, Dr. (Presidente do Júri);
- Santos Mota, Dr.;
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);

**2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012**

– Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
17/01/2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)
19.01.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

. Estação Elevatória Intermédia entre os Reservatórios de Carvalhal - Tapeus e das Degracias

- Revisão de Preços

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - Abastecimento Público - Água - Construção / Reparação de Estações Elevatórias - Estação Elevatória Intermédia entre os Reservatórios de Carvalhal - Tapeus e das Degracias
- Revisão de Preços

Relativamente à empreitada em assunto, os seus dados processuais são os seguintes:

Fase	Data da Deliberação de Câmara
Abertura do Procedimento	23.12.2008
Adjudicação	30.01.2009
Consignação	08.04.2009
Recepção Provisória	29.09.2010

Elaborado o cálculo da revisão de preços prevista na lei, n.º 1 do artigo 199.º do DL n.º 59/99, de 02 de Março e DL n.º 6/2004, de 06 de Janeiro e no respectivo contrato, verificamos, conforme cálculos em anexo, que o seu valor é de 2.554,70 €, montante este a deduzir ao valor final da obra.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Sugere-se o envio do presente cálculo ao empreiteiro para seu conhecimento e regularização da situação.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chef. Div. O. P. M.)
2012-01-11

Despacho:
De acordo.
À Reunião de Câmara
2012-01-13
(João Gouveia, Dr. – Presidente da Câmara)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Substituição da Adutora /Distribuidora ao Formigal, Cabeça Carvalha e Casal de Almeida
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
SUBSTITUIÇÃO DA ADUTORA / DISTRIBUIDORA AO FORMIGAL, CABEÇA CARVALHA E CASAL DE ALMEIDA
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **17.06.2010**, à empresa **Pinto & Bráz, Lda**, pelo valor de **103.136,84 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.01.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória,
conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

Ponto 21. ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . Contratação de Serviços Externos
- 21.1. Escolha de Procedimento Prévio

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ♦ Águas e Saneamento
- **Contratação de Serviços Externos**
 . **Procedimento Prévio**

Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-nos informar:

1- O Senhor Chefe de Divisão Engº Mário Monteiro, tal como em exercícios anteriores, solicita a contratação de uma empresa prestadora de serviços nas áreas de água e saneamento, por um período de um ano, através do recurso à modalidade do Ajuste Direto.

2- O serviço solicitado, constante do caderno de encargos, tem subjacente a prestação de um conjunto indiferenciado de funções próprias de uma determinada actividade (águas e saneamento) e não se limita à execução de um excepcional e específico trabalho.

3- As necessidades que esta adjudicação pretende acautelar não podem ser asseguradas pelos serviços municipais de uma forma totalmente efectiva e adequada, dada a escassez de recursos próprios, havendo por isso a necessidade de contratação externa de uma empresa prestadora destes serviços.

Do Direito:

A aquisição destes serviços encontra-se regulamentada pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

Neste dispositivo legal são consideradas entidades adjudicantes, entre outras, os Municípios, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 2º do CCP.

O artº 18º do CCT, sob a epígrafe “*Escolha do procedimento*”, dispõe que a escolha do tipo de procedimento condiciona o valor do contrato a celebrar.

Sendo a entidade adjudicante um município, a celebração por ajuste direto de contratos fica limitado aos seguintes valores:

- Contratos de empreitada de obras públicas: valor inferior a 150.000,00 euros (artº 19º al. a).
- Contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de **aquisição de serviços**: valor inferior a 75.000,00 euros (com exceção dos contratos previstos no nº 4 – contratos de aquisição de planos, de projeto, ou de criações conceptuais no domínio da arquitetura ou da engenharia, cujo limite deve ser inferior a 25.000,00 euros) – *vide artº 20º, nº 1, alínea a*).

O ajuste direto é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar aspetos da execução do contrato a celebrar.

O convite deverá conter os elementos referidos no artº 115º do CCP, de entre os quais se destaca a indicação da entidade adjudicante, o prazo e o modo de apresentação da proposta. Este convite desempenha as funções que nos demais procedimentos correspondem ao anúncio e ao programa do procedimento, definindo os termos a que deve obedecer a formação do contrato e a sua celebração.

O caderno de encargos deverá incluir as cláusulas do contrato a celebrar. No caso de manifesta simplicidade das prestações, aquelas cláusulas podem consistir numa mera fixação das especificações técnicas e na referência a outros aspetos essenciais da execução desse contrato, tais como o preço ou o prazo – cfr. artº 42º do CCP.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Os contratos de aquisição de bens e serviços a celebrar mediante ajuste direto devem, por regra, ser reduzidos a escrito, com exceção dos casos previstos no artº 95º do CCP.

O CCP estipula limitações ao recurso ao ajuste direto (artº 113º) assim, sobre as limitações às entidades a convidar deve atender-se ao previsto no nº 2 *“Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste direto adotado nos termos do disposto na alínea a) do artº 19º, na alínea a) do nº 1 do artº 20º ou na alínea a) do nº 1 do artº 21º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas”*.

O artº 127º do CCP vem impor como requisito de eficácia da adjudicação efetuada por ajuste direto a sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha conforme modelo constante do anexo III do Código.

Desta forma, com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a aprovação dos seguintes pontos:

1- Escolha do Procedimento Prévio

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 27.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cfr. alínea a) do nº 1 do artº 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se no âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste Órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639, 36 euros – cfr. alínea a) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Julho.

2 - Processo

Aprovar o convite e o caderno de encargos em anexo.

3- Consultar a seguinte entidade

Nos termos da proposta do Senhor Chefe de Divisão, sugere-se a consulta à seguinte empresa:

- António Mendes Coelho Unipessoal lda.

À superior consideração,

O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)

Despacho:

De Acordo.

1) Ao D.A.G.F.R.H.

⇒ Ao c/Ivo Costa, Dr.

2011-12-13

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
2) À Reunião de Câmara.

e

Assunto: *Águas e Saneamento* - *Reforço de meios*

Relativamente ao tema em assunto, considerando:

1. A redução do quadro de pessoal afecto a este serviço, que se tem vindo a fazer sentir ao longo dos últimos anos, devido a falecimento ou passagem à reforma de vários colaboradores, sem novas admissões;
2. As necessidades evidenciadas por essa redução que conduziram ao recurso a serviços externos desde Maio de 2009;
3. Os trabalhos que têm vindo a ser realizados: instalação e mudança de contadores, reparação de roturas, diversos trabalhos de canalizador, bem como a sua contínua e atual necessidade;
4. Que os mesmos têm vindo a ser assegurados pela firma António Mendes Coelho, Unipessoal, Lda.;
5. Que se estima, como valor para a despesa anual a efetuar, um total de 27.000,00€ + IVA, correspondentes a 2.250,00€ + IVA mensais;

Sugere-se que se promova a contratação da prestação de serviços nesta área, por recurso ao ajuste direto, com consulta à firma António Mendes Coelho, Unipessoal, Lda, dentro do quadro legal aplicável.

À consideração superior,
(O Chefe D.O.P.M.)
(Mário Monteiro, Eng.º.)
2011.12.05

Despacho:
Tomei conhecimento.
À Divisão Jurídica p/informação
2011-12-06
(João Gouveia, Dr. -Presidente de Câmara)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente.-----

21.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO E SALUBRIDADE...
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
- ADJUDICAÇÃO**

Por despacho, de 13.12.2011, do Sr. Presidente da Câmara Dr. João Gouveia, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa convidada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
António Mendes Coelho, Unipessoal, Lda.	27.000,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta está de acordo com o preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à empresa **António Mendes Coelho, Unipessoal, Lda.**

De acordo com o n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A aprovação da minuta do contrato;
2. A dispensa de audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “**António Mendes Coelho, Unipessoal, Lda.**”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 27.000,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
27.12.2011

DESPACHO:
Adjudique-se.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
O Vereador *,
(Mário Jorge Nunes)
28.12.2011

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes.-----

**Ponto 22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. ZONA INDUSTRIAL DE SOURE – INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
APOIO A ACTIVIDADE ECONÓMICA
ZONA INDUSTRIAL DE SOURE - INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 20.07.2006 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
20.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 23. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM)
. Instalação de Serralharia Mecânica
- Isenção de Taxas**

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Comunicação prévia das obras para instalação de serralharia mecânica
- Paulo dos Santos Silva Correia
- * Isenção do pagamento da taxa

O Sr. Paulo dos Santos Silva Correia é titular de um processo relativo a uma comunicação prévia de obras (Processo nº 55/2010) para legalização de uma serralharia mecânica, no lote 16 da Zona Industrial de Soure.

No âmbito deste processo, e nos termos do nº 2 do artigo 36-A do DL 555/99 com a redação do DL 26/2010, o interessado pode dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas através de autoliquidação.

Solicita a isenção do pagamento das respetivas taxas.

O valor da taxa a autoliquidar seria de 877 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, o requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à comunicação prévia das obras para instalação de serralharia mecânica.

À Consideração Superior
Maria José Carvalho – Engª Civil
Chefe de Divisão G.U.P.
16 de Janeiro de 2012

Despacho:
Deferido o pedido de Isenção de Taxas
de acordo com a informação técnica.
À Reunião de Câmara
p/conhecimento.
O Vice-Presidente
(Santos Mota, Dr.)
16.01.2012

e

assunto: Comunicação Prévia para Legalização de Oficina
Processo: 55/2010
requerente: Paulo dos Santos Silva Correia
local: Rua "F" - lote 16 - Soure

Assunto: Taxas. Isenção

No âmbito do processo referido em epígrafe, é requerida a isenção de taxas devidas pela comunicação prévia de obras para instalação de serralharia mecânica.

As obras realizam-se no edifício implantado no lote 16 da Zona Industrial de Soure (ZIS).

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

O n.º2 do artigo 25.º, dispõe que “*todos os pedidos relativos a operações urbanísticas estão isentos do pagamento de taxas quando digam respeito a edificações localizadas dentro das Zonas de Actividade Económica.*”

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

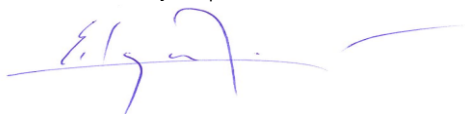
Analizando o pedido verifica-se que a operação urbanística se insere em Zona de Actividade Económica do concelho de Soure, pelo que se encontra reunido o requisito previsto no n.º2 do referido artigo 25.º, no que respeita à localização da operação urbanística.

Em face do exposto somos de parecer que:

O requerente reúne o requisito previsto no n.º2 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que está isento do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

11 de Janeiro de 2012

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento._____

Ponto 24. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. Estatuto de PME LIDER e PME Excelência
- Voto de Louvor

Foi presente a seguinte proposta:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
Estatuto de PME LIDER e PME Excelência
- Proposta de Votos de Louvor

Enquadramento:

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

A) Estatuto de PME Líder

O Estatuto de PME Líder tem foco em Pequenas e Médias Empresas que prossigam estratégias de crescimento e de reforço da sua base competitiva, seleccionada através da superior capacidade de escrutínio e de uma ampla implantação no território nacional, pelos bancos protocolados.

1 - “PME Líder” é uma marca registada do IAPMEI.

2 - O Estatuto PME Líder é atribuído pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, no caso das empresas do Turismo, no âmbito do Programa FINCRESCE, em parceria protocolada, até agora, com sete grupos bancários a operar em Portugal: Barclays, Banco BPI, Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores, Caixa Geral de Depósitos, Banco Millennium BCP e Banco Santander Totta.

3 - O estatuto PME Líder assenta nos seguintes critérios:

a) Empresas que assegurem a condição de PME, de acordo com a Recomendação da Comunidade de 6 de Maio de 2003 (2003/361/CE), a ser comprovada através da certificação on-line em www.iapmei.pt, que deve ser renovada anualmente até à data limite legal de apresentação de contas às Finanças, sob pena de caducidade automática;

b) Situação regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social, o IAPMEI e o Turismo de Portugal;

c) Foco em Pequenas e Médias Empresas que prossigam estratégias de crescimento e de reforço da sua competitiva, seleccionadas através da superior capacidade de escrutínio e de uma ampla implantação no território nacional, pelos bancos protocolados. Excepcionalmente, o Estatuto PME Líder poderá ser atribuído a Micro Empresas que apresentem inovação de referência e com potencial de demonstração, ou no caso das empresas do Turismo, empresas com empreendimentos e/ou actividades inovadoras ou inseridos em imóveis de reconhecido valor patrimonial;

d) Perfil de risco posicionado nos mais elevados níveis dos sistemas internos de notação de risco dos Bancos protocolados, e cuja uniformização se processa por relações estabilizadas e formalizadas com as entidades do Sistema Nacional de Garantia Mútua (rating AAA;AA e A);

e) Empresas que, para além do superior perfil de rating, tenham pelo menos três exercícios de actividade completos e que apresentem, com contas fechadas e 2010:

(i) Resultados Líquidos Positivos ou Crescimento do Volume de Negócios ou Crescimento EBITDA*;

(ii) Autonomia Financeira \geq 20% (Capitais Próprios /Activo Líquido);

(iii) Volume de Negócios \geq 500 mil euros;

(iv) Número de Trabalhadores \geq 5;

§ Exclusões: SGPS, IPSS, Associações e Instituições que não tenham o lucro como objectivo.

No caso das empresas do Turismo são utilizados os seguintes critérios:

(i) Crescimento do Volume de Negócios ou EBITDA positivo*

(ii) Autonomia Financeira \geq 20% (Capitais Próprios/Activo Líquido);

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

*EBITDA = Vendas e serviços prestados + Subsídio à exploração +/-Variação nos inventários da produção + trabalhos para a própria entidade - Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - Fornecimentos e serviços externos - Gastos com o pessoal + Outros rendimentos e ganhos - Outros gastos e perdas.

Para efeitos de atribuição do Estatuto PME Líder, pelo IAPMEI, o EBITDA tem que ser positivo nos dois anos em análise.

4 - O Estatuto PME Líder tem a validade média de um ano. Por regra, é actualizado em Julho/Agosto de cada ano. O Estatuto PME Líder pode caducar em qualquer momento, por:

- a) Incumprimento de qualquer critério, nomeadamente a degradação do nível de rating protocolado;
- b) Conhecimento de facto que possa pôr em causa a qualidade de desempenho que se pretende associada ao Estatuto PME Líder, nomeadamente:
 - (i) Registo de processos de insolvência em empresas participadas pelos sócios/accionistas nos últimos 12 meses;
 - (ii) Conhecimento de incumprimento com instituições financeiras ou resultante de informação da Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal;
 - (iii) Processos fiscais, judiciais e situações litigiosas, cujas repercussões futuras possam afectar significativamente a situação económica financeira da empresa ou de avalistas;
 - (iv) Conhecimento de ocorrência de incidentes, tais como cheques devolvidos, apontes e protestos de letras;

O IAPMEI ou o Turismo de Portugal são responsáveis pela comunicação à empresa da suspensão do Estatuto PME Líder.

5 - As empresas que reúnem os vários critérios de acesso são convidadas pelos bancos parceiros e propostas ao IAPMEI ou ao Turismo de Portugal, no caso das empresas do sector do turismo.

6 - O Estatuto PME Líder é concedido por comunicação do IAPMEI ou do Turismo de Portugal à empresa, dando disso conhecimento ao banco proponente. A atribuição do Estatuto PME Líder é publicada em www.pmelider.pt.

7 - Lista de Actividades com acesso ao Estatuto PME Líder, apresentada em anexo.

- (i) No caso das CAE 55 - Alojamento, as propostas de adesão/renovação do Estatuto PME Líder a enviar ao Turismo de Portugal têm de apresentar o nome do respectivo empreendimento turístico;
- (ii) No caso das CAE 561-Restaurantes e 563 - Estabelecimentos de Bebidas, as propostas de adesão/renovação do Estatuto PME Líder a enviar ao Turismo de Portugal têm que se fazer acompanhar das licenças de utilização dos respectivos estabelecimentos de restauração e bebidas;
- (iii) No caso da CAE 771-Aluguer de Veículos Automóveis, as propostas de adesão/renovação do Estatuto PME Líder a enviar ao Turismo de Portugal têm que se fazer acompanhar pelo licenciamento do exercício de actividade de aluguer de veículos sem condutor (licenciamento titulado por alvará).

B) Estatuto PME Excelência

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

O Estatuto PME Excelência foi criado pelo IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, com o objectivo de sinalizar, através de um instrumento de reputação, o mérito de pequenas e médias empresas com perfis de desempenho superiores, contando com a parceria do Turismo de Portugal, I.P. e dos principais bancos a operar no mercado, designadamente o Banco Espírito Santo, e BES dos Açores, o Banco BPI, o Barclays, a Caixa Geral de Depósitos, o Millennium BCP e o Santander Totta.

O Estatuto PME Excelência insere-se num programa de qualificação de empresas do IAPMEI, o programa FINCRESCE, que visa conferir notoriedade e otimizar condições de financiamento e de reforço competitivo ao segmento das PME Líder, empresas com perfis de risco superiores, que pelas suas estratégias de crescimento constituem alavancas importantes do desenvolvimento económico do País.

Associadas ao estatuto estão condições de maior facilidade no acesso ao crédito, melhores condições de financiamento e de aquisição de produtos ou serviços, facilitação na relação com a banca e administração pública, e um certificado de qualidade a sua relação com o mercado.

As PME Excelência são o subconjunto das PME Líder, que manifestam interesse junto do seu banco e que cumprem adicionalmente os seguintes critérios:

- a) Pertencerem aos 2 primeiros níveis de rating (AAA ou AA), baseado no Relatório e Contas de 2010;
- b) Cumprirem os seguintes critérios financeiros, suportados nas demonstrações financeiras de 2010:
 - i) Autonomia financeira (Cap. Próprio/Activo) $\geq 35\%$;
 - ii) Crescimento do Volume de negócios face a 2009 $\geq 5\%$;
 - iii) Rendibilidade dos Capitais Próprios (Res. Líquidos/Cap.Próprios $\geq 10\%$;
 - iv) Rendibilidade do Activo (Res. Líquidos/Activo Líquido $\geq 3\%$;

O Estatuto PME Excelência tem a validade de um ano.

O Estatuto PME Excelência foi atribuído este ano a 1368 empresas, que em vários sectores de actividade, se destacaram pelos melhores desempenhos económico-financeiros e de gestão.

São empresas que apresentam rácios de solidez financeira e de rendibilidade acima da média nacional, Que têm sabido manter altos padrões competitivos num contexto particularmente exigente e que estão a conseguir ultrapassar a crise com crescimento, consolidação de resultados, e contributos activos na criação de riqueza e de emprego das regiões onde se inserem.

O Estatuto PME Excelência foi criado pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) com o objectivo de sinalizar, através de um instrumento de reputação, o mérito de pequenas e médias empresas com perfis de desempenho superiores, e conta com a parceria do Turismo de Portugal, I.P. e dos principais bancos a operar no mercado, designadamente o Banco Espírito Santo, e BES dos Açores, o Banco BPI, o Barclays, a Caixa Geral de Depósitos, o Millennium bcp e o Santander Totta.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Em conjunto, as PME Excelência '11 geram perto de 47 mil postos de trabalho directo e foram responsáveis por um volume de negócios superior a 7.9 mil milhões de euros no último ano, que representou um crescimento médio de 27%.

Com um activo líquido global de 5,4 mil milhões de euros, as PME Excelência '11 apresentam uma autonomia financeira média de 51% e níveis de rendibilidade dos capitais próprios, do investimento, e das vendas superiores à média.

São empresas que tiveram um crescimento de 21% nos seus resultados líquidos e que viram aumentar o seu activo em 12%.

Em termos sectoriais, o Comércio e a Indústria são as actividades mais representadas no grupo das PME Excelência'11, ocupando 72% do universo total de empresas distinguidas.

Os Serviços estão representados com 10% das empresas, a Construção com 7%, e o Turismo com 6,8% o conjunto das PME Excelência'11.

Em termos de localização, os distritos do Porto e Lisboa, seguidos de Aveiro, Braga e Leiria, com respectivamente 265, 226, 180, 141 e 108 empresas, são os que reúnem a maior concentração das PME Excelência 2011.

O Estatuto PME Excelência insere-se num programa de qualificação de empresas do IAPMEI, o programa FINCRESCE, que visa conferir notoriedade e otimizar condições de financiamento e de reforço competitivo ao segmento das PME Líder, empresas com perfis de risco superiores, que pelas suas estratégias de crescimentos constituem alavancas importantes do desenvolvimento económico do País.

Associadas ao estatuto estão condições de maior facilidade no acesso ao crédito, melhores condições de financiamento e de aquisição de produtos ou serviços, facilitação na relação com a banca e a administração pública, e um certificado de qualidade na sua relação com o mercado.

A selecção das PME Excelência é feita anualmente a partir do universo das PME Líder, criando um instrumento de visibilidade acrescida para o grupo de empresas que em cada ano se destaque pelos melhores resultados.”

Entre as 1.368 distinguidas com o estatuto 'PME Excelência '11, está uma empresa do concelho de Soure. **A Perfumarte Arte - Comércio de Artigos Cosméticos do Centro, Lda.** tem sede, escritórios e armazém na zona Industrial de Soure e uma crescente rede de 15 lojas no país. **A Perfumarte Arte** desenvolve a sua actividade no ramo do comércio de perfumes e cosméticos, conta com mais de duas dezenas de funcionários e um volume de negócios superior a 3.2 milhões de euros.

Proposta

As empresas do concelho de Soure:

Armindo Freitas Carregado, Lda, com sede na Zona Industrial de Soure, 40 colaboradores e um volume de negócios ano superior a 2 milhões de euros;

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Modernação Habitação e Construção, Lda, com sede na Zona Industrial de Soure, 12 colaboradores e um volume de negócios ano superior a 0,9 milhões de euros;

Armindo Nogueira e Valente, Lda, com sede em Prazo dos Estudantes, 10 colaboradores e um volume de negócios ano superior a 0,8 milhões de euros;

A empresa do concelho de Soure,

A Perfumarte Arte - Comércio de Artigos Cosméticos do Centro, Lda., com sede na zona industrial de Soure, 20 colaboradores e um volume de negócios ano superior a 3,2 milhões de euros, além de ver o seu trabalho distinguido nestes dois últimos anos como PME LIDER, atingiu agora o estatuto de PME EXCELÊNCIA. Assim, afigura-se-nos que merece ver reconhecido pelo Município de Soure o seu mérito, porque comprovou que cria riqueza, emprego, traz valor acrescentado à região, paga impostos e contribui para o desenvolvimento e bem estar social do concelho. Além disso não podemos deixar de evidenciar o trabalho e a dedicação do seu Gerente e principal Sócio, o Sr. Luís Morim Pereira, que para além do prestígio empresarial adquirido, é há muitos anos um colaborador activo e apoiante das colectividades locais, mostrando preocupações sociais.

Releve-se que devemos igualmente reconhecer o trabalho dos gerentes e colaboradores das três empresas atrás referidas distinguidas com o Estatuto de PME LIDER, uma vez que obtiveram resultados que prestigiam o seu bom nome e o tecido empresarial do concelho de Soure.

Nestes termos, **propõe-se a atribuição a cada uma destas quatro empresas de um Voto de Louvor** pela distinção obtida em 2011.

Naturalmente, desta justa aprovação, deverá ser dado o devido conhecimento público.

Soure, 16 de Janeiro de 2012

O Vereador

Mário Jorge Nunes

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de atribuição de um Voto de Louvor a cada uma das quatro (4) Empresas distinguidas em 2011, com o Estatuto de PME Lider e/ou de PME Excelência.-----

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. RECARGAS

. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Figueiró do Campo

. Casal do Facho e Rua das Alagoas

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
RECARGAS**

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO CASAL DO FACHO E RUA DAS ALAGOAS ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **58.000,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.04.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2012/169 4**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construções Alberto Vasco, S.A.;**
- **Cidadepontual, S.A.;**
- **Sociedade de Construções Elimur, Lda;**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
24.01.2012

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Assunto: *Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Recargas / Arruamentos e Ligações na Freguesia de Figueiró do Campo
- Casal do Facho e Rua das Alagoas*

Em 2005.08.19 o executivo municipal deliberou abrir concurso com vista à realização da obra com a designação “Comunicações e Transportes – Rede Viária – Outras Recargas – Arruamentos na Freguesia de Figueiró do Campo (Figueiró do Campo) ”.

O mesmo executivo viria a deliberar a sua adjudicação em reunião de Câmara de 2005.09.24.

No entanto, a sua execução nunca viria a ser iniciada, tendo a mesma sido consecutivamente adiada, em virtude da prevista ligação do saneamento básico ao lugar de Casal do Facho, uma vez que a abertura de valas e instalação de coletores, na via, implicaria o corte e destruição do pavimento, bem como o decurso de um período de tempo necessário ao normal assentamento dos solos colocados em vala, antes de qualquer pavimentação.

Assim, considerando:

1. Que até à data aquela obra não foi consignada;
2. Que o prazo de validade das propostas, relativas ao procedimento aberto em 2005.08.19, então ainda ao abrigo do D.L. 59/99, de 02 de Março, foi já largamente ultrapassado, de acordo com o artigo 104.º daquele preceito legal;
3. Que as quantidades postas a concurso, bem como os respetivos preços unitários, se encontram desatualizados;
4. Que, em nosso entender, a intervenção continua a justificar-se;
5. Que estão reunidas as necessárias condições técnicas para a sua realização.

Propõe-se:

1. A revogação das deliberações de 2005.08.19 (abertura de procedimento) e de 2005.09.24 (adjudicação);
2. A abertura de novo procedimento, com vista à execução da obra referida em assunto, com um custo estimado de **58.000,00€**, conforme orçamento em anexo, por ajuste direto e consulta às seguintes entidades:
 - Construções Alberto Vasco, S.A.;
 - Cidadepontual, S.A.;
 - Sociedade de Construções Elimur, Lda.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Eng.º. Civil)
2012.01.18

25.1. Revogação de Deliberações

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Revogação das Deliberações de 19.08.2005 (Abertura de Procedimento) e de 24.09.2005 (Adjudicação), conforme decorre das informações técnicas dos serviços.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

25.2. Escolha de Procedimento Prévio

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. RECARGAS

- . Estrada da Ramalheira / Quatro Lagoas – Freguesia de Pombalinho**
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
RECARGAS
ESTRADA RAMALHEIRA / QUATRO LAGOAS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 28.12.2002 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
20.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**
 - . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Comunicações e Transportes - Rede Viária e Sinalização
Conservação / Reparação da Rede Existente - Em Zonas Urbanas

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha

- Não adjudicação

- Abertura de novo procedimento

Em reunião de câmara de 31.10.2011 foi deliberado recorrer à figura do ajuste directo como procedimento prévio à realização da empreitada em assunto, com um preço base de 26.802,76€.

Como prazo limite para entrega das propostas foi estabelecida a data/hora de 21/11/2011 23:00:00, tendo sido apresentadas duas propostas. O respectivo relatório preliminar foi elaborado e enviado a todos os concorrentes, para efeitos de audiência prévia, em 29/11/2011.

No entanto, em resultado das recentes condições meteorológicas, as condicionantes locais foram significativamente alteradas, implicando, igualmente, alterações nas quantidades e espécies de trabalho necessárias executar para realizar a empreitada em causa.

Essas alterações estão ilustradas nos novos mapas de trabalhos e orçamento, em anexo, onde se poderá verificar que o preço base do procedimento passou de 26.802,76€ para 35.406,42€.

Estes factos, supervenientes após a data limite para a apresentação das propostas, aconselham-nos, de acordo com a informação jurídica em anexo, a propor o seguinte:

1. Não adjudicar a empreitada, conforme aprovada em R.C. de 31.10.2011, ao abrigo da alínea c) do n.º1 do artigo 79.º do CCP, com a consequente revogação da decisão de contratar;
2. Proceder à abertura de um novo procedimento, com vista à execução da empreitada em assunto, por recurso ao ajuste directo e consulta às mesmas entidades então consultadas:

a) Vidal Pereira & Gomes, Lda

b) Construtora Guardado & Oliveira, Lda

c) AZIASFALTOS XIS - Empreiteiros, Lda

À consideração superior,
(Mário Monteiro, chefe de D.O.P.M)
2012-01-03

e

Assunto: **CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS**
DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO
REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

Relativamente ao assunto em epígrafe, é solicitado parecer quanto à consequência da tomada de uma decisão de não adjudicação, no âmbito de um procedimento de contratação pública.

Factos:

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Por deliberação da Câmara Municipal de Soure de 31/10/2011, foi deliberado recorrer à modalidade de ajuste directo para a adjudicação da empreitada de “*Acessos à creche e Novo Lar da Vinha da Rainha*”.

Até à data limite para apresentação de propostas, duas concorrentes apresentaram propostas.

Em 29/11/2011, foi enviado a todos os concorrentes o relatório preliminar.

Posteriormente, de acordo com o teor da informação do Chefe da Divisão de Obras Públicas e Municipais, devido às recentes condições meteorológicas, as condicionantes locais alteraram-se, e implicaram alterações nas quantidades e espécies de trabalho, necessárias executar para realizar a empreitada em causa.

Direito:

Na situação exposta, a alteração nas quantidades e espécies de trabalho, necessárias executar para realizar a empreitada em causa, representam a alteração de um aspecto fundamental das peças do procedimento, pois implicam a alteração, entre outros, do preço base.

No plano jurídico, a situação exposta tem enquadramento na alínea c) do n.º1 do artigo 79.º, ao prever que não há lugar a adjudicação quando “*por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento*”.

O n.º3 do artigo 79.º prevê ainda que, no caso específico da alínea c), é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Por seu lado, porque é devida a circunstanciais ocorridas depois do prazo limite de apresentação das propostas, o n.º1 do artigo 80.º prevê expressamente que a decisão de não adjudicação prevista no mencionado artigo 79.º determina a revogação da decisão de contratar.

Conclusões:

Em face da alteração nas quantidades e espécies de trabalho, necessárias executar para realizar a empreitada em causa, devido às recentes condições meteorológicas e alteração das condicionantes locais, torna-se necessário proceder à alteração de um aspecto fundamental das peças do procedimento, tal conduz, inevitavelmente, a uma decisão de não adjudicação, conforme impõe a alínea c) do n.º1 do artigo 79.º do CCP.

Consequentemente, a decisão de não adjudicação, ao abrigo da mencionada alínea b), determinará a revogação da decisão de contratar, a qual ocorre por força de lei¹, ou seja do disposto no n.º1 do artigo 80.º do CCP.

“Relembre-se que o artigo 80º do CCP diz, na sua letra, expressamente, que “[a] decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar”. E, como se sabe, o elemento literal da interpretação não pode ser facilmente desprezado.”²

1 Acórdão do Tribunal de Contas n.º 16/2010 – 08.Jun.2010 – 1.ª S/PL Recurso Ordinário n.º 10/2010 (Processo n.º 105/2010)

2 Ainda o Acórdão referido.

27.1. Não Adjudicação

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a não adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

27.2. Escolha de Procedimento Prévio

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 28. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
. Arruamentos Diversos na Freguesia de Vila Nova de Anços
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS RURAIS
ARRUAMENTOS DIVERSOS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **146.190,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.04.07.03.03.08** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2012/170 2**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Eng.º;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construções Júlio Lopes, S.A.;**
- **Construções Alberto Vasco, S.A.;**
- **Manuel Vieira Bacalhau, Lda;**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
24.01.2012

e

Assunto: *Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Conservação/Reparação da Rede Existente
- Em Zonas Rurais
- Arruamentos diversos na freguesia de Vila Nova de Anços*

Por indicação superior procedeu-se ao levantamento do estado de conservação de diversos caminhos/arruamentos na freguesia de Vila Nova de Anços.

De acordo com o levantamento efectuado, revela-se evidente a necessidade de proceder a diversas intervenções com vista a restabelecer as normais condições de utilização, tanto em termos de segurança como de conforto.

As intervenções centram-se, em termos genéricos, nos seguintes trabalhos:

- Saneamento de pavimentos, com reforço da sua capacidade resistente;
- Repavimentação dos pavimentos intervencionados;
- Execução de valetas revestidas, para protecção das vias;
- Execução de muro de gabiões para estabilizar taludes.

O valor para os trabalhos em causa, de acordo com a estimativa que se junta, totaliza os **146.190,00 €**.

Sugere-se a sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

- **Construções Júlio Lopes, S.A.;**

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

- Construções alberto Vasco, S.A.;
- Manuel Vieira Bacalhau, Lda.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Engº. Civil)
2012-01-18

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 29. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 . ABERTURA DE ESTRADAS E CAMINHOS
 . EN 348 – Execução de um Novo Troço, Km.s 21.1. a 23
 - Revisão de Preços

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização / Abertura de Estradas e Caminhos
 - EN 348 – Execução de um Troço, Kms 21,1 a 23
 - Revisão de Preços

Relativamente à empreitada em assunto, os seus dados processuais são os seguintes:

Fase	Data da Deliberação de Câmara
Abertura do Procedimento	31.07.2008
Adjudicação	16.10.2008
Consignação	20.01.2009
Recepção Provisória	29.09.2010

Elaborado o cálculo da revisão de preços prevista na lei, n.º 1 do artigo 199.º do DL n.º 59/99, de 02 de Março e DL n.º 6/2004, de 06 de Janeiro e no respectivo contrato, verificamos, conforme cálculos em anexo, que o seu valor é de 34.311,29 €, montante este a deduzir ao valor final da obra.

Sugere-se o envio do presente cálculo ao empreiteiro para seu conhecimento e regularização da situação.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Engº.)
(Chef. Div. O. P. M.)
2012-01-11

Despacho:
De acordo.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

À Reunião de Câmara
2012-01-25
(João Gouveia, Dr. – Presidente da Câmara)

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 30. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. REABILITAÇÃO DA E.M. 563 ENTRE DEGRACIAS E RABAÇAL
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
REABILITAÇÃO DA E.M. 563 ENTRE DEGRACIAS E RABAÇAL
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 18.06.2001 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
20.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 31. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Por deliberação de 31.05.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
19.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 32. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE**
- . EN 342/Troço Soure – Condeixa-a-Nova**
- . Nova Rotunda - 1.ª Fase/Construção**
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
LIGAÇÃO À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA E ZONA ENVOLVENTE
EN 342 / TROÇO SOURE – CONDEIXA-A-NOVA
NOVA ROTUNDA – 1ª FASE / CONSTRUÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
20.01.2012

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 33. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . A1 - Auto-Estrada do Norte
- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure
 - Reconhecimento do Interesse Municipal

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- A1 - AUTO-ESTRADA DO NORTE
- SUBLANÇO POMBAL/CONDEIXA
- NÓ DE SOURE
 - RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL

A Brisa - Concessão Rodoviária, S.A. requereu à Câmara Municipal de Soure a declaração de interesse público municipal, para instrução de procedimento legal de Reconhecimento do Relevante Interesse Público, que decorre na CCDDR-C, para a realização do Nó de Soure, a integrar no Sublanço Pombal/Condeixa da A1-Auto-Estrada do Norte, em área integrada na Reserva Ecológica Nacional, ao abrigo do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto.

Assim, no âmbito do mencionado procedimento de reconhecimento da acção como de Relevante Interesse Público, torna-se, agora, necessário que a Brisa instrua aquele processo com declaração de Interesse Municipal emitida pela Assembleia Municipal.

Relativamente ao mesmo projecto, importa salientar, que pela entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro, também já havia sido emitido Parecer Favorável à utilização de solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (vide ponto 16 da acta da reunião de Câmara de 29.06.2011).

O reconhecimento de que este investimento se reveste de uma crucial importância e relevante interesse municipal para o Concelho de Soure, afigura-se-nos mais do que evidente.

Com efeito, bastará recordar o enorme esforço desenvolvido pela Câmara Municipal para que este investimento integrasse, quer o PROT CL – Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro Litoral, quer os Planos de Desenvolvimento Sub-regional do Baixo Mondego e de Terras de Sícó, isto é, para o reconhecimento de que a sua realização viria dar resposta não apenas a uma inequívoca prioridade concelhia, mas também a uma prioridade sub-regional e mesmo regional.

Além disso importará relevar toda a multiplicidade de conversações e contactos mantidos ao longo de anos pela Câmara Municipal com sucessivos responsáveis da Administração Central e mesmo com responsáveis da própria Brisa, enquanto entidade concessionária.

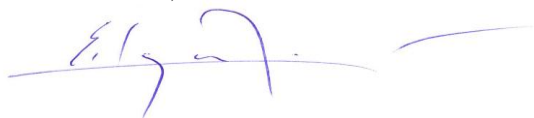
***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

A execução deste novo Nó de Soure será assim o corolário de um processo complexo, difícil e moroso que a Câmara Municipal de Soure tem vindo a desenvolver, tratando-se pois de um investimento que apresenta, indiscutivelmente, um Relevante Interesse Municipal.

Em face do exposto, sugere-se:

Para os efeitos do disposto no artigo 21.º n.º1 do Decreto-Lei n.º166/2008, de 22 de Agosto, e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º6 do artigo 65.º da Lei n.º165/99 de 18 de Setembro, que a Câmara Municipal de Soure delibere submeter à Assembleia Municipal, o Reconhecimento do Interesse Municipal na utilização de solos integrados na Reserva Ecológica Nacional, para a execução do Nó de Soure, a integrar no sublanço Pombal/Condeixa da A1 – Auto-estrada do Norte, nos termos do disposto nas alíneas q) do n.º1 e b) do n.º3, do artigo 53.º da Lei n.º165/99 de 18 de Setembro.

À consideração superior,
O Jurista,



(Edgar J. Domingues, Dr.)
25.01.2012

Concordo
À consideração superior.
2012.01.25
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe D.O.P.M.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Reconhecimento do Interesse Municipal, conforme decorre da informação jurídica, a qual deverá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

Ponto 34. RECURSOS HUMANOS

- . Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra
- . Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos

34.1. Proc. N.º 600/07.8 BECBR
- Sentença Transitada em Julgado

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Recursos Humanos

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

**Concurso Externo de Ingresso para provimento de dois lugares de Técnico Superior
Estagiário - Generalista
. Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra
- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos
. Processo nº 600/07.8 BECBR
- Sentença transitada em julgado**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

Em 30 de Julho de 2007, o Município de Soure foi citado para contestar, querendo, uma acção administrativa especial, interposta pelo Ministério Público pedindo a anulação do despacho da Exma Senhora Vereadora da Câmara Municipal, de 20 de Novembro de 2006, que homologou a lista de classificação final dos candidatos do concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico superior estagiário – generalista, e da deliberação da Câmara Municipal de Soure, de 11 de Junho de 2007, que ratificou o referido despacho de homologação da lista de classificação final.

Relembre-se:

1- A Provedoria da Justiça após análise e avaliação exaustiva do processo, concluiu que as irregularidades por si identificadas foram sanadas, agradeceu a colaboração da Câmara Municipal e comunicou o seu arquivamento.

2- A Senhora Vereadora, Drª Ana Maria Treno, por despacho de 20 de Setembro de 2007, ratificado em reunião de Câmara de 27 de Setembro de 2007, determinou que se procedesse à contestação desta acção.

Quatro anos volvidos, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, por sentença de 21 de Novembro de 2011, veio considerar a acção administrativa especial interposta pelo Ministério Público, improcedente.

Decorrido o prazo legal para apresentação de recurso, que terminou em 13 de Janeiro de 2012, constatou-se que o Ministério Público não recorreu da sentença atrás aludida, tendo assim a mesma transitado em julgado.

Face ao atrás exposto, sugerimos:

Que se dê conhecimento à Câmara Municipal desta sentença do TAF de Coimbra relativa ao processo nº 600/07.8 BECBR.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
18-01-2012

Despacho:
À Reunião de Câmara.
(Ana Maria Treno, Dra.- Vereadora *)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Foi tomado conhecimento.-----

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Assunto: Recursos Humanos

- Concurso Externo de Ingresso para provimento de um lugar de Técnico Superior Estagiário**
- Generalista**
- . Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra**
- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos**
- . Processo nº 597/07.5 BECBR**
- Recurso da Sentença**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

Em 30 de Julho de 2007, o Município de Soure foi citado para contestar, querendo, uma acção administrativa especial, interposta pelo Ministério Público pedindo a anulação do despacho do Exmo Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, de 10 de Novembro de 2006, que homologou a lista de classificação final dos candidatos do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior estagiário – generalista, e da deliberação da Câmara Municipal de Soure, de 11 de Junho de 2007, que ratificou o despacho de homologação da lista de classificação final.

Relembre-se:

1- A Provedoria da Justiça após análise e avaliação exaustiva do processo, concluiu que as irregularidades por si identificadas foram sanadas, agradeceu a colaboração da Câmara Municipal e comunicou o seu arquivamento.

2- A Senhora Vereadora, Drª Ana Maria Treno, por despacho de 20 de Setembro de 2007, ratificado em reunião de Câmara de 27 de Setembro de 2007, determinou que se procedesse à contestação desta acção.

No passado dia 20 de Janeiro, o Município de Soure foi notificado da sentença proferida pelo TAF de Coimbra, datada de 16 de Janeiro de 2012, que, de forma a nosso ver surpreendente, veio considerar o pedido formulado pelo Ministério Público procedente, mandando anular os actos impugnados (*despacho de homologação da lista de classificação final e deliberação de Câmara que ratificou o referido despacho homologatório*).

De facto, sendo este processo, nº 597/07.5 BECBR, materialmente semelhante ao processo nº 600/07.8 BECBR, não se compreende a razão de ser para que o mesmo Tribunal Administrativo e Fiscal tenha produzido sentenças contraditórias.

Releve-se que o entendimento da Sociedade de Advogados Castanheira Neves, que acompanha o processo, quanto à decisão a tomar, entenda-se reacção a adoptar, foi o seguinte: ***“Estamos perante uma sentença de cariz conceitual e juridicamente incorrecta”***.

Neste quadro, permitimo-nos adiantar que o nosso entendimento não poderia estar mais de acordo com o atrás referido.

Observe-se:

No cumprimento de um princípio geral do Direito como é o caso do princípio da imparcialidade, (consagrado no nº 2 do artº 266º da Constituição da República Portuguesa e artº 6º do Código do Procedimento Administrativo), a Administração Pública, onde se inclui as Autarquias Locais, no exercício da sua actividade, deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação, isto é, o princípio da imparcialidade impõe que os órgãos e agentes administrativos ajam de forma isenta e equidistante relativamente aos interesses em jogo nas situações que devem decidir ou sobre as quais se pronunciem sem carácter decisório.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

Este princípio da imparcialidade está conexionado com outros princípios fundamentais, nomeadamente com o da **igualdade** (nº 1 do artº 13º da CRP), em que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, a Administração Pública, nos termos do nº 1 do artº 5º do CPA, nas suas relações com os particulares, **não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum administrado em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.**

Ora, a nosso ver, o concurso em questão não violou o princípio da imparcialidade, uma vez que ao longo de todo o procedimento actuou-se de forma isenta, objectiva, neutral, independente, sem favoritismos nem privilégios, sem perseguições, em que os métodos e critérios de selecção foram inalterados desde o início do procedimento, muito antes de se conhecer os candidatos.

É inequívoco o cumprimento deste princípio assim como o princípio da transparência, por um lado, como atrás referimos, os critérios de selecção foram conhecidos por via da inclusão no aviso de abertura e não foram alterados quando o Júri tomou conhecimento dos candidatos.

A este propósito, no âmbito do processo nº 600/07.8 BECBR, a douda sentença vai no mesmo sentido ***“embora seja facto inquestionável que o Júri, no momento da ratificação, já conhecia os candidatos, a verdade é que não alterou os critérios que foram fixados antes de conhecer os candidatos e com que se pautou durante o procedimento, ou seja, no caso concreto, o escopo essencial das normas que mandam fixar antecipadamente as normas por que se devem reger o concurso foi salvaguardado, pois é seguro, por um lado, que os critérios foram fixados previamente ao conhecimento dos candidatos, por um lado e, por outro, que os mesmos não foram alterados depois de conhecidos os candidatos”***.

Por outro lado, sobre o vício de incompetência, como segunda manifestação da violação do princípio da imparcialidade, **este foi sanado pelo órgão competente para o praticar**, o Júri do concurso, através da ratificação do acto (nº 3 do artº 137º do CPA), que se traduz no acto administrativo pelo qual o órgão competente decide sanar um acto inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o vicia.

Esta ratificação foi efectuada em obediência ao **princípio do aproveitamento dos actos jurídicos**, ou seja, os efeitos da ratificação vão-se repercutir sobre os efeitos do acto ratificado, e tais efeitos produzem-se *ex tunc*, isto é, **retroagem ao momento da prática do acto cuja irregularidade visam sanar** (nº 4 do artº 137º do CPA).

Em conclusão, os princípios da imparcialidade e da transparência estão presentes em todo o procedimento concursal, desde logo, pela constatação de dois factos inatacáveis, em primeiro lugar, **os critérios de avaliação não foram divulgados após conhecimento dos candidatos**, mas sim logo no aviso de abertura do concurso.

Em segundo lugar, esses referidos critérios **não foram fixados por entidade destituída de competência para o efeito**, dado que em obediência ao princípio do aproveitamento dos actos jurídicos o Júri do concurso, logo após a Provedoria de Justiça ter identificado a irregularidade, **sanou o vício**, com efeitos retroactivos de acordo com o previsto no CPA, através de declaração de todos os seus membros em que confirmam formalmente a elaboração e definição dos métodos de selecção, critérios de apreciação e ponderação, e do sistema de classificação final, ratificando os constantes no aviso de abertura.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

Assim, é nosso entendimento que manifestamente no concurso em causa houve uma actuação isenta, objectiva, neutral, independente, sem qualquer tipo de favoritismo, conduta essa já reconhecida na douda sentença proferida no âmbito do processo nº 600/07.8 BECBR.

Quanto à outra possibilidade legal adiantada pelo Dr. Castanheira Neves, de o Município de Soure invocar uma causa legítima de inexecução de sentença, designadamente com o fundamento de a mesma, a ser aplicada, acarretar um grave prejuízo para o interesse público, embora se perceba o seu alcance, afigura-se-nos que o Município deverá, para já, interpor recurso desta sentença do TAF de Coimbra, até por uma questão de afirmação de princípio.

Face ao atrás exposto, sugere-se que se proceda em conformidade com a sugestão transmitida pelo jurisconsulto que acompanha o processo, isto é, de que se promova a interposição de recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
24-01-2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

**Ponto 35. RECURSOS HUMANOS
- Processo Disciplinar**

RELATÓRIO

Instrutora: Maria José Oliveira Carvalhão

Arguida: Cristina Maria Costa Lopes de Almeida Ribeiro

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

No cumprimento dos Despachos de 08/07/2011 e de 22/07/2011, do Sr. Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, procedeu-se à instrução do Processo Disciplinar levantado à Dra. Cristina Ribeiro, médica veterinária do Município de Soure.

Em causa estavam 5 dias de faltas não justificadas de 27/06/2011 a 01/07/2011, que foram solicitados através de impresso para autorização de férias (no período compreendido entre o dia 06/06/2011 a 01/07/2011) cfr. fls 3.

Aquele período (**de 27/06/2011 a 01/07/2011**) não constava no plano de férias da arguida, e não foi autorizado por Despacho do Sr. Vice-Presidente de 08/06/2011. (fls 3).

No dia 06/07/2011, a arguida apresentou atestado médico para justificar as 5 faltas dadas entre o dia 27/06/2011 e o dia 01/07/2011.

Os factos alegados pela arguida encontram suficiente prova nos documentos constantes das fls 9 e 10, pelo que não se procedeu à inquirição das testemunhas arroladas nos termos do n.º 3 do art. 53.º da Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro.

DOS FACTOS:

Para o apuramento e esclarecimento da verdade na Instrução do Processo Disciplinar foram ouvidas em Auto de Declarações a Técnica Superior Dra. Lília Berardo e a Assistente Técnica Adriana Antunes, ambas a exercer funções nos Recursos Humanos.

A Dra. Lília Berardo nas suas Declarações confirma toda a matéria constante na sua informação técnica de 06/07/2011, constante das fls 7 e 8 do Processo Disciplinar.

Da sua informação e das suas declarações resultaram provados os seguintes factos:

- Que a marcação do período de férias da médica veterinária não se encontrava de acordo com o plano aprovado.
- Que em 08/06/2011, foi proferido Despacho pelo Exmo. Sr. Vice – Presidente, referindo que não foi autorizado o pedido do gozo de férias compreendido entre o dia 27/06/2011 e o dia 01/07/2011, em virtude de estar fora do plano de férias previamente aprovado e de inexistir fundamentação prévia que assegurasse o normal funcionamento dos serviços.
- Que tal Despacho foi enviado à arguida em 09/07/2011 por carta, em 24/06/2011 por telegrama via telefone e uma vez frustrado o envio, em 27/06/2011, o telegrama foi entregue por escrito conforme consta das folhas 4, 5 e 6.
- Que a arguida se apresentou ao serviço no dia 04/07/2011 e no dia 05/07/2011 apresentou nos Recursos Humanos atestado médico emitido por médico particular, para justificar as faltas dadas no período em análise. Nesses Serviços foi informada que o documento não era válido, e depois de ler a legislação que lhe foi facultada, no dia seguinte 06/07/2011, apresentou novo documento com data de emissão de 27/06/2011 por médica convencionada com a ADSE. Estes factos foram provados também pelo depoimento da Assistente Operacional Adriana Antunes e pelos documentos constantes das folhas 1, 2, 9 e 10.
- A arguida foi notificada presencialmente do teor da acusação, e para, querendo, apresentar no prazo de 15 dias a respectiva defesa por escrito, o que veio a fazer posteriormente, apresentando documento escrito sobre os factos e

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

as razões da sua defesa, que foram objecto de devida ponderação e análise, no momento da elaboração do presente Relatório.

- Na Defesa a arguida vem dizer no n.º 2 do articulado que desconhece os factos constantes nos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da Acusação por não serem factos pessoais.

Relativamente ao artigo 3.º da Acusação, a Arguida sabia quais os dias de férias que tinha marcado no seu Plano de Férias previamente solicitado e aprovado em 11/04/2011 da qual lhe foi entregue cópia, facto que não pode desconhecer.

- Relativamente ao Despacho de 08/06/2011, que não autoriza o período de férias, a arguida foi notificada, por telegrama no dia 27/06/2011, por telegrama escrito entregue na sua morada, conforme relatório remetido pelos CTT.

DO DIREITO:

O atestado médico apresentado tinha um período de incapacidade de 27/06/2011 a 01/07/2011, devendo nos termos da Lei ter sido apresentado até ao dia 01/07/2011.

Dispõe o n.º 1 do art. 30.º do D. L. n.º 181/2007, de 09 de Maio que:

“O funcionário ou agente impedido de comparecer ao serviço por motivo de doença deve indicar o local onde se encontra e apresentar documento comprovativo no prazo de cinco dias úteis”.

O n.º 5 do mesmo dispositivo legal refere que:

“A falta de entrega do documento comprovativo da doença nos termos do n.º 1 implica, se não for devidamente fundamentada, a injustificação das faltas dadas até à data da entrada do documento comprovativo nos serviços”.

Neste sentido, a arguida entregou o atestado médico a justificar as suas faltas 3 dias após o término do prazo estipulado por Lei.

Quanto á situação do atestado particular apresentado pela arguida e não aceite pelos Serviços, a mesma tem enquadramento n.º 2 e 3 do D.L. n.º 100/99, de 31 de Março com a nova redacção que lhe é dada pelo D.L. n.º 181/2007, de 09 de que dispõe o seguinte:

2 - “A doença deve ser comprovada mediante declaração passada por estabelecimento hospitalar, centro de saúde, incluindo as modalidades de atendimento complementar e permanente, ou instituições destinadas à prevenção ou reabilitação de toxicodependência ou alcoolismo, integrados no Serviço Nacional de Saúde, de modelo a aprovar por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde e da Administração Pública.

3 - A doença pode, ainda, ser comprovada através de preenchimento do modelo referido no número anterior, por médico privativo dos serviços, por médico de outros estabelecimentos públicos de saúde, bem como por médicos ao abrigo de acordos com qualquer dos subsistemas de saúde da Administração Pública no âmbito da especialidade médica objecto do respectivo acordo”.

Considerando as disposições legais, e os factos atrás descritos, cumpre averiguar a gravidade do comportamento da arguida e nas circunstâncias em que ocorreu se consubstancia uma conduta ética que possa vir a resultar na inviabilização da manutenção da relação funcional com o serviço por violação do dever de assiduidade.

Neste sentido, fomos analisar e avaliar o comportamento da arguida que esteve na origem ao processo disciplinar, bem como no decorrer do mesmo.

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Janeiro de 2012

No dia 05/07/2011 apresenta um atestado médico a justificar os dias 27/06 a 01/07 com data de emissão de 27/06/2011 emitido por um médico particular que não cumpria os ditames legais atrás descritos no D.L. n.º 100/99, de 31 de Março.

Posteriormente, apresenta um segundo atestado médico emitido por uma médica convencionada com a ADSE, também com data de emissão de 27/06 a justificar os mesmos dias (de 27/06/2011 a 01/07/2011).

Por isso, a Arguida entregou o atestado médico a justificar as suas faltas três dias após o término do prazo estipulado por Lei, não apresentando qualquer fundamentação a justificar a entrega após o prazo, pelo que, nos termos do n.º 5 do art. 30.º do D.L. n.º 181/2007, a falta da fundamentação implica a injustificação das faltas dadas até à entrada do documento comprovativo nos serviços.

Posto isto, considerámos provados os factos ora descritos e constantes da acusação, fundando-se a convicção nos elementos de prova que foram efectivamente produzidos.

Pois, o funcionário que apresente o documento comprovativo da doença fora do prazo de cinco dias fixado no n.º 3, do DL n.º 100/99, e não apresente justificação para tal atraso, verá tais faltas injustificadas, nos termos do n.º 4, da mesma disposição legal.

A prática de faltas injustificadas constitui, indubitavelmente, a violação do dever de assiduidade.

No entanto, considerando que esta violação do dever de assiduidade resulta de uma ficção legal, não somos de considerar que a conduta faltosa da arguida seja tal modo grave que mereça uma censura ética que conduza à impossibilidade de manter a relação funcional com o serviço

Mas não podem deixar de se considerar faltas injustificadas, pelo que merecem adequada punição.

Assim e ponderado o facto de a arguida não possuir antecedentes disciplinares por motivos idênticos, não se nos vislumbra no caso em apreço, a inviabilização da manutenção da relação funcional com o serviço.

Perante a violação do dever de assiduidade, resultante da não fundamentação aquando a entrega do atestado médico, consideramos, ainda assim, tal comportamento reprovável e negligente, pelo que se revela particularmente adequada à conduta da arguida, a aplicação da pena de multa, em detrimento de qualquer outra.

Neste âmbito, justifica-se a adequada punição dos factos ora apurados, de modo a evitar que, no futuro, venham a ocorrer situações semelhantes, especificamente, a entrega de atestados médicos fora de prazo, quer da parte da arguida, quer da parte de quaisquer outros trabalhadores.

Por fim, na determinação e fixação da sanção disciplinar, atender-se-á aos critérios gerais previstos na lei, aos preceitos sancionatórios correspondentes, à natureza do serviço, à categoria da arguida, ao grau da culpa, à sua personalidade e a todas as circunstâncias anteriores ou posteriores à prática da infracção disciplinar.

DO QUANTITATIVO DA PENA DE MULTA:

Neste campo, considerámos a categoria da trabalhadora – Técnica Superior; as funções desempenhadas – Veterinária Municipal; a remuneração mensal paga pelo Município cujo valor corresponde a €1359.58€, os dias de atraso na entrega do segundo atestado médico, e concluímos aplicar à arguida a pena de multa de €226,59 (correspondente a 1/6 do seu vencimento), a descontar no vencimento.

***2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Janeiro de 2012***

PROPOSTA DE DECISÃO:

Em face do exposto e perante o respectivo enquadramento legal acima referido, na qualidade de Instrutora do processo disciplinar, proponho a aplicação de uma pena de multa prevista e punida pela al b) do n.º 1 do art. 9.º e al a) do art. 15 da Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro (Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas), a ser fixada no valor de 226,59€.

Para dar cumprimento ao n.º 3 do art. 54.º da Lei n.º 58/2008, 09 de Setembro, remeta-se o processo ao Sr. Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, para nos termos do n.º 4 do art. 14.º da Lei n.º 58/2008, 09 de Setembro, enviar ao órgão executivo para aplicação da proposta de decisão.

Soure, 30 de Novembro de 2011
A Instrutora,
(Maria José Oliveira Carvalhão, Eng.)

À Reunião de Câmara
30.12.2011
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Decisão constante do Relatório.-----

**Ponto 36. Grupo PARLAMENTAR DO PCP
- Debate de Urgência sobre a TDT**

Foi tomado conhecimento.-----